



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

**“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(es/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJÁI – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidá – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlick: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de políticas educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCENTE EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): Pierre André Garcia Pires)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): Regina Coeli Machado e Silva)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): Rosane Castilho)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): Silvio Carlos dos Santos).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): Sorinéia Goede).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): Tarcio Leal Pereira).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): Thais Weiller).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): Wanirley Pedrosa Guelfi).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): Camila Itikawa Gimenes).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): Adriana Márcia Prado de Araújo et alii).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): Patrícia Santos Fonseca et alii).

AValiação em larga escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): Rivanda dos Santos Nogueira et alii).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): Cláudio Renato Moraes da Silva).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): Domiciane Araújo Azevedo).

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguai e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo constitucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG.

Eixo 2: Educação para o desenvolvimento Latino-americano: suas múltiplas faces

MR 2.1: Economia solidária, Universidade e Comunidade.

BRASIL, Manuela Salau. – IESol-UEPG – manu_lela2@hotmail.com
ROCHA FILHO, Alnary Nunes – IESol-UEPG – alnaryrocha@gmail.com
SCHAURICH, Jonas Roberto – IESol-UEPG – jonas.schaurich@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho pretende demonstrar as dificuldades e as possibilidades que as incubadoras populares – e especificamente a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) – enfrentam no processo de acompanhamento, suporte e formação junto aos empreendimentos econômicos solidários. Para isso, buscou-se definir a essência da economia solidária e a atual situação desta no Brasil, conforme o trabalho desenvolvido pela IESol, a doutrina correlata e o Movimento da Economia Solidária. Ao longo do texto, abordam-se relevantes questões centrais relativas a esta outra economia, como a inexistência de um marco legal e a falta de políticas públicas para a mesma, entraves recorrentes no trabalho de incubação dos referidos empreendimentos. Desse modo, visa-se à provocação para a (re)discussão da situação da economia solidária no país, dos empreendimentos que nela acreditam e perseveram, bem como das incubadoras que buscam auxiliá-los nessa árdua luta cotidiana.

Palavras-chave: Economia Solidária; Universidades; Incubadoras;

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX, as universidades brasileiras, comprometidas com o enfrentamento e minimização dos efeitos das crises que abalavam a sociedade, criaram as incubadoras populares. Estas iniciativas espalharam-se pelo Brasil, movidas pelo compromisso das instituições em atuar – nos campos da teoria e da prática – com a perspectiva da ressurgente economia solidária.

Em 2005, foi criada a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) como programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Vinculado à sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX) e formada por professores, servidores, estudantes e voluntários, a IESol tem o intuito de fomentar, organizar e consolidar empreendimentos solidários, promovendo nos grupos de trabalhadores incubados os princípios da economia solidária.

Desta forma, são objetivos principais do programa a promoção da autogestão, a



geração de trabalho e renda, a organização baseada no associativismo e cooperativismo e a sustentabilidade ambiental. Além disso, busca-se a integração destes princípios e objetivos às políticas públicas de desenvolvimento local, regional e nacional.

A IESol visa desencadear e integrar ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, base de desenvolvimento da UEPG. Deste modo, busca promover a formação humana e profissional de estudantes de graduação, pós-graduação, egressos e voluntários, no essencial diálogo entre universidade e comunidade.

Desde seu funcionamento a IESol vem acumulando experiências que podem ser consideradas como exitosas, mas também contabiliza dificuldades e entraves de diferentes naturezas.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar os grupos incubados, além de problematizar sobre as condições de possibilidade que um programa de extensão – no caso a IESol – tem para desenvolver com efetividade o trabalho proposto.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária (re)surge como alternativa de trabalho e renda, abrigando experiências orientadas para o trabalho coletivo, e fundada em valores e princípios que se contrapõem aos do sistema capitalista. O termo economia solidária remonta às experiências do cooperativismo do século XIX, naquilo que se constituiu como reação à Revolução Industrial, e tem na “Cooperativa de Consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” na Inglaterra (1844), seu exemplo emblemático. Em relação às contribuições teóricas pode-se citar Robert Owen e a Aldeia Cooperativa na Inglaterra, Charles Fourier e os falanstérios na França, Saint-Simon, Pierre Proudhon, Charles Gide, Ferdinand Lasall, reconhecidos como "socialistas utópicos". (RECH,2000; SINGER,2002).

A propósito de sua origem, o economista e militante Paul Singer (2007, p.62) ressalta: “La economía solidaria no es creación intelectual de nadie, aunque los grandes autores socialistas denominados ‘utópicos’ de la primera mitad del siglo XIX [Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.] hayan hecho contribuciones decisivas para su desarrollo”.

Nas palavras de Débora Nunes “a Economia Solidária é uma prática real e também um projeto de sociedade, que busca uma nova racionalidade econômica, privilegiando a satisfação das necessidades individuais e coletivas e o respeito ao meio ambiente.” (NUNES, 2009, p.21)



No mesmo sentido, sobre esta forma de economia:

... hoje, a economia solidária destaca-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta ... (Gadotti 2009, p. 52).

As palavras de SINGER (2002, p. 28) servem para demonstrar uma das diferenças essenciais entre um empreendimento econômico solidário e uma empresa capitalista: “o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa”.

O mesmo autor adverte: “...uma empresa solidaria surge no sólo para beneficiar a los sócios, sino como una creación de trabajadores en lucha en contra del capitalismo. Es una opción a la vez económica, política e ideológica.” (SINGER, 2007, p.71)

Esta advertência é válida, sobretudo, para questionarmos a hipótese difundida de que ela é apenas uma resposta ao agravamento do desemprego que campeou o Brasil nas décadas de 1980 e 1990, e sua virtude seria a de acomodar o crescente número de excluídos.

Historicamente, o setor informal é o maior destinatário daqueles que não conseguem emprego no mercado formal, por isso é importante refletir sobre as condições que permitiram que a economia solidária despontasse, a despeito da existência do setor que tradicionalmente absorvia a demanda de desempregados. Assim sendo, obrigamo-nos a pensar sobre os motivos do reaparecimento da economia solidária, e as vantagens que ela teria em relação àquela alternativa.

Compreender este fenômeno em sua multicausalidade nos afasta de equívocos e simplificações, na vertente do que observa Gaiger (2004, p. 376):

[...] embora o desemprego ou a perspectiva do desemprego apareçam como forças impulsionadoras do cooperativismo de trabalho na última década, dificilmente podem ser a única variável. Em outras épocas, o desemprego não engendrou cooperativas, ao menos na quantidade agora observada.

Na visão do autor, não apenas as mudanças mais gerais da sociedade impactaram no aumento do número de empreendimentos econômicos solidários, mas os resultados de diversas pesquisas empíricas forneceram elementos para compreender os aspectos



mais próximos das experiências que contribuíram para a aludida expansão. (GAIGER, 2004)

Neste sentido, enumera os seguintes fatores, que juntos conformam o referido crescimento: a) existência de grupos com experiência anterior em práticas que evocam o associativismo; b) presença de organizações e lideranças que representam de forma autêntica os interesses dos grupos e que fazem a articulação com outros agentes; c) a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, em sua maioria, está na economia popular, embora aquela “... representa outra economia, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas [economia capitalista e economia popular], por razões diversas, reservem a quem vive do trabalho.” (GAIGER, 2004, p.375).

O autor elenca ainda outros fatores: d) atuação de instituições para sensibilização e apoio ao trabalho associado; e) o aumento do desemprego que, conjugado com os demais aspectos, vitalizou a economia solidária a despeito das alternativas habituais de trabalho precário e clandestino, geralmente acionadas nestas conjunturas; g) reconhecimento da economia solidária no plano político e ideológico. (GAIGER, 2004).

Conclui-se, portanto, que a história de cada grupo e de seus trabalhadores não deve ser negligenciada ou desprezada, pois é dela que advém os fatores propulsores para o futuro envolvimento com a economia solidária, e o faz com um peso maior se comparado com o impacto da crise do trabalho ou outros aspectos estruturais.

A recuperação da história do grupo e de seus membros é uma das primeiras atividades do processo de incubação, e isto exige um conhecimento que demanda tempo e preparo das equipes da incubadora. O registro deste histórico, ao mesmo tempo em que é uma potencialidade desta metodologia, é também um desafio, uma vez que exige formação para um grupo bastante itinerante como é o das equipes de incubação.

Tal formação demanda tempo e conhecimento da metodologia, pois não se trata apenas de extrair a história do grupo, mas de afinar esta prática com a continuidade do processo de incubação. Exige, portanto, professores e técnico com tal habilidade, além de estagiários aptos e dispostos a compreender esta importância e não se deixar levar pelas demandas sempre urgentes que todos os grupos possuem.

Conciliar o tempo necessário – entre formação e execução – para tal diagnóstico não é um desafio de somenos importância. Aliás, não faltam desafios e entraves neste caminho...

Algumas dificuldades são de natureza interna, e dizem respeito ao grupo de trabalhadores e/ou ao grupo de incubação, como os mencionados acima. As universidades que abrigam as incubadoras populares não proporcionam os recursos para



seu pleno funcionamento, até mesmo porque são lógicas diferentes que as orientam. A incubação confronta a racionalidade instituída nas universidades que mantém e impulsiona o ensino, pesquisa e extensão para os moldes requeridos pelo mercado. O produtivismo, a exigência de resultados no curto prazo, e o própria desconhecimento da teoria e prática da economia solidária dificultam o *modus operandi* das incubadoras populares. Além do mais, as incubadoras, para buscar financiamento, devem adequar-se a editais que colocam condições que tampouco facilitam sua execução dentro da perspectiva do trabalho de incubação.

Há ainda os entraves de natureza estrutural, que acompanham e atravancam o desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos empreendimentos e do movimento da economia solidária. Dentre estas questões até agora irresolutas, citamos as reivindicações a respeito do marco legal, do financiamento e da comercialização próprios para a economia solidária.

A não resolução desses problemas não deve ser creditada a entraves técnicos ou operacionais, mas a falta de apoio e comprometimento político, o que por sua vez, demonstra a fragilidade da economia solidária em conseguir mostrar-se como uma alternativa viável ao conjunto da sociedade, tanto quanto dentro do próprio governo federal.

Embora tenha abrigo na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), subordinada atualmente ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), não foi uma política central para o governo Lula, e até o momento não há sinais de que o atual governo altere radicalmente o quadro. Portanto, a economia solidária, em que pese seus avanços, não ocupa uma posição central na agenda política e, sendo assim, está afastada, senão ausente, do núcleo duro das decisões mais estratégicas do país.

Um exemplo prático diz respeito a dificuldade de formalização dos empreendimentos econômicos solidários pela falta de legislação específica, evidenciado tanto pelo mapeamento da economia solidária no Brasil como nos casos concretos incubados pela IESol.

Os dados do mapeamento realizado pela SENAES (para o ano de 2005 com dados complementares de 2007) compõem um retrato da economia solidária no país (um segundo mapeamento foi realizado, mas os dados ainda não estão disponíveis). Seleccionamos algumas destas informações para robustecer o argumento de que os empreendimentos carecem de legislação adequada.

Participam dos 21.859 empreendimentos um total de 1.687.496 trabalhadores e trabalhadoras, concentrados na região nordeste (38,3%) e sul (32,1%).

TABELA 1 – TOTAL DE PARTICIPANTES POR REGIÃO, 2007

Região	Total participantes	
	N.A	%T
Norte	195.721	11,6
Nordeste	645.504	38,3
Sudeste	177.137	10,50
Sul	542.300	32,1
Centro-Oeste	126.834	7,5
Total	1.687.496	100,0

Foram relacionados 21.859 empreendimentos no Brasil (Com base em 2.934 municípios, ou seja, 52% do total): 2.656 na região norte; 9.498 no Nordeste; 3.912 no Sudeste; 3.583 no Sul; 2.210 no Centro-Oeste. A maioria desses empreendimentos está organizada na forma de associação (51,8%), seguida por grupos informais (36,5%), cooperativas (9,7%) e por outros formatos (2%).

Com estes dados é possível verificar que a cooperativa, forma exemplar da economia solidária, não é a conformação principal destes empreendimentos. Na distribuição por regiões observamos como esta ordem se altera. Nas regiões Sudeste e Sul, por exemplo, a maior parte dos empreendimentos é informal: 57,9% no sudeste e 46% no sul. Também nelas é maior a proporção de cooperativas: 18,7% no sul e 11% no sudeste. No nordeste (64,8%), norte (60,8%) e centro-oeste (56,8%) predominam as associações. Na tabela abaixo é possível verificar estas e outras informações.

TABELA 2 – EES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO, POR REGIÃO, 2007

Forma de Organização	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Total	
	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A.	%
Associação	1.616	60,8	6.153	64,8	1.144	29,2	1.158	32,3	1.255	56,8	11.326	51,8
Cooperativa	253	9,5	586	6,2	429	11,0	669	18,7	178	8,1	2.115	9,7
Grupo Informal	681	25,6	2.640	27,8	2.265	57,9	1.649	46,0	743	33,6	7.978	36,5
Outros*	106	4,0	119	1,3	74	1,9	107	3,0	34	1,5	440	2,0
Total	2.656	100,0	9.498	100,0	3.912	100,0	3.583	100,0	2.210	100,0	21.859	100,0

FONTE: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>

*Sociedade mercantil de capital e indústria, sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, Sociedade mercantil em nome coletivo, outra.

Os dados confirmam que a lei de cooperativismo vigente é inadequada para os empreendimentos da economia solidária, e as opções mais acessadas impedem uma organização apropriada para a produção e venda dos produtos e serviços. De acordo com o Código Civil, em seu artigo 53, as associações não tem finalidade econômica, e os grupos informais, por sua vez, carecem de qualquer legislação. Ou seja, este é uma



dificuldade real para os empreendimentos e que as incubadoras tem pouca margem para recorrer.

No caso da IESol, nenhum dos empreendimentos incubados desde seu início pode registrar-se como cooperativa, apesar de todos eles buscarem uma finalidade econômica. Os entraves legais forçaram a adoção de outras modalidades, entre a associação e a informalidade, restando a reivindicação no campo político como uma possibilidade de enfrentamento a esta condição. Um dos trabalhos, portanto, é garantir que não somente a equipe de incubação tenha condições de fazê-la, mas que especialmente os trabalhadores dos grupos incubados se apoderem destas questões.

É importante salientar que, a despeito do formato jurídico inadequado, as práticas são regidas pelos princípios e valores da economia solidária, o que as distingue do campo da economia informal e do terceiro setor. Assim, apesar dos obstáculos, tenta-se garantir a demarcação da economia solidária, tanto em sua prática como em seu projeto, como uma economia anticapitalista.

3 AS INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS POPULARES E SOLIDÁRIOS

A extensão universitária e a pesquisa que são desenvolvidas nas universidades, por si só não conseguem responder as demandas de grandes parcelas das comunidades. A maioria dos trabalhos de extensão, aliados a algum tipo de pesquisa de campo, além de obviamente não praticarem nenhum tipo de neutralidade, utilizam as comunidades pesquisadas apenas como objeto de estudo e depois se voltam para dentro dos muros das universidades. Porém, há casos em que os sujeitos envolvidos participam da produção e do consumo de conhecimento que é construído em conjunto com a ação extensionista.

Assim, podemos perceber e demonstrar a importância do papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs.

O trabalho e a metodologia utilizados por estas entidades, embora estejam em permanente construção e aperfeiçoamento, tem conseguido um significativo diferencial na construção de conhecimento, nas práticas de produção e até mesmo em outras práticas sociais que transcendem a produção coletiva, isso tanto para os sujeitos envolvidos, isto é, os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários, como para os estudantes, funcionários e voluntários das diversas ITCPs brasileiras.

As ITCPs também têm um papel fundamental na construção de Políticas Públicas para Economia Solidária. Especialmente por que elas estão constituídas dentro de



Instituições de Ensino Superior, e reúnem as características inter e multidisciplinares, onde congregam profissionais e estudantes de diversas áreas, como também podem indicar as agências de desenvolvimento governamentais, os caminhos para ações mais amplas.

Instituições de Ensino Superior são territórios de embates políticos cada vez mais polarizados, a universidade, em muitos casos, traz uma tendência a se organizar de forma a não contemplar simultaneamente, suas três funções fundamentais, o ensino, a pesquisa e a extensão. Embora se fale tanto da indissociabilidade entre elas, causando quase a perda de sentido desta expressão, há muita resistência em pensar o ensino superior, considerando seriamente, na prática, esse tripé básico.

Dentro das universidades, o que realmente liga os saberes, que vai além das especialidades, que abarca todo o contexto, é a extensão. E é justamente nesse espaço que estão colocadas as ITCPs. Que, dessa maneira, podem exercer um papel único, que é de contemplar o ensino com uma formação complementar extraordinária para os alunos envolvidos, fazer do trabalho de extensão a conexão com as comunidades, construindo conhecimento também para fora dos muros da academia e produzir pesquisas essenciais para o desenvolvimento econômico e social do País.

Pelo seu caráter de receber nas suas atividades e no seu trabalho de extensão, voluntários e militantes, as ITCPs, no nosso entendimento, podem e devem exercer também, uma função de Movimento Social, que pode e deve fazer pressão junto aos Governos constituídos, para que as Políticas Públicas de economia solidária possam ser construídas. Afinal, para a consolidação dos Empreendimentos Econômicos Solidários e também para dar sentido à formação ministrada pelas ITCPs e a construção do conhecimento conjunto, as Políticas Públicas para Economia Solidária, são fundamentais.

As ITCPs, são hoje, o maior espaço para debates dessa envergadura, pois além de contemplar acadêmicos, contempla da mesma forma horizontal, os empreendimentos econômicos solidários, que são em simples análise, a razão para existirem Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares-ITCPs, foi criada em 1998 e é constituída atualmente por 42 incubadoras universitárias em 5 regiões do Brasil (III Congresso da Rede de ITCPs, 2011). Tem como objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos sobre autogestão e economia solidária, para dentro e fora das Universidades, além de estimular na universidade, o desenvolvimento de outras tecnologias específicas voltadas para as atividades produtivas dos empreendimentos e estratégias acompanhadas. A Rede objetiva vincular de forma



interativa e dinâmica as Incubadoras Universitárias, favorecendo o intercâmbio de tecnologias e de conhecimentos entre elas e com a sociedade.

Em 2005, a Rede realizou seu I Congresso, em Pernambuco, sob a organização da ITCP da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPR. O II Congresso foi realizado em 2008, sob a responsabilidade da ITCP da Universidade de São Paulo – USP. Em 2011, o III Congresso, que foi complementado pelo I Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária, foi organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Os Congressos da Rede, realizados a cada 3 anos, constituem-se num momento importante para debater teoria e prática, socializando a produção de conhecimentos e de tecnologias sociais que é realizada pelas incubadoras. Por sua vez, o Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária buscou agregar neste processo a participação de outras universidades que, na América Latina e em outros países, contribuem com a construção da economia solidária, desenvolvendo ações e programas de extensão universitária que evidenciam a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa em prol do desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. (www.iesol.uepg.br - 2012)

3.1 A Fundação Unitrabalho

As Incubadoras Universitárias estão organizadas em duas Redes, a Rede de ITCP's e a Fundação Unitrabalho.

A Unitrabalho é uma Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social.

Com a missão autoimposta de estimular o conhecimento sobre o mundo do trabalho e democratizar o acesso ao conhecimento produzido na universidade, a Unitrabalho vem realizando projetos relevantes. Esses projetos estão articulados em torno de três programas nacionais: Educação e Trabalho; Relações de Trabalho e Emprego; Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável.

Até 2010, foram desenvolvidos 126 importantes projetos nessas áreas, mobilizando o corpo acadêmico, estudantes e técnicos das universidades filiadas e os diferentes segmentos da sociedade na busca de alternativas para a transformação social.



Além de contribuir para o fortalecimento das organizações sociais relacionadas ao mundo do trabalho, a Unitrabalho busca o fortalecimento das Instituições de Ensino Superior a ela agregadas.

Essas instituições têm um papel essencial na investigação dos problemas das comunidades nas quais estão inseridas e, num plano mais amplo, dos problemas nacionais. E, quanto mais sólidas e capazes de absorver as questões do mundo do trabalho em seu pensar e fazer, mais as universidades podem contribuir para uma organização social mais humana, justa e democrática. (<http://www.unitrabalho.org.br> - 2012)

Dessa maneira, as incubadoras universitárias se integram ao Movimento da Economia Solidária tentando dar sua contribuição, com planejamento e ações práticas, em sua maioria através de projetos e/ou programas de extensão universitária. O trabalho de incubação é sempre um desafio, e nesse artigo trazemos os enfrentados pela IESol, as dificuldades que encontramos tanto para a organização, formalização, resistência às práticas participativas e autogestionárias, como também as que encontramos no âmbito legal, dentro da UEPG e no setor público de modo geral.

4 A INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (IESOL)

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESOL – é um Programa de Extensão da UEPG, vinculado à PROEX – Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, e é afiliada da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs, e se inscreve neste contexto em que a Economia Solidária integra as Políticas Públicas no âmbito Federal e Estadual.

O Programa visa à formação, constituição e consolidação de empreendimentos solidários, capacitando-os para a geração de trabalho e renda baseados nos princípios da economia solidária. Essa proposta geral permite a articulação efetiva entre extensão e os dois outros aspectos fundamentais que envolvem a atuação da universidade que são o ensino e a pesquisa.

No programa, professores, funcionários, técnicos e estudantes integram-se num esforço de divulgar e fomentar a proposta relacionada aos empreendimentos solidários. Essa proposta procura promover a prática da autogestão na organização dos grupos de trabalhadores e trabalhadoras, visando a emancipação destes coletivos, organizados em associações, cooperativas ou mesmo, ainda, na informalidade.

A emancipação destas populações passa pelo empoderamento das suas ações e o



programa abriga os projetos que buscam atingir estes objetivos. Neste sentido, estimula a participação dos interessados, visa a capacitação de servidores, acadêmicos e estudantes, estimula a formação de parcerias entre as diversas instituições apoiadoras e busca a integração à rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares-ITCPs, centrado numa abordagem multidisciplinar, permitindo abrir oportunidades de participação para profissionais e estudantes de todas às áreas do conhecimento.

A atuação do programa insere-se no município de Ponta Grossa, mas também em vários outros municípios que integram a região de influência da UEPG. Portanto, a IESOL contribui para que a universidade cumpra a sua missão social e também consolide a sua importância comunitária, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, de acordo com os princípios da justiça social. (www.iesol.uepg.br – 2012)

Atualmente, a IESol/UEPG acompanha quatro grupos de trabalhadores que aceitaram a proposta da economia solidária: a) Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Piraí Limpo (ASCAMP); b) Associação dos Recicladores Solidários (ARSol); c) Horta Comunitária do Pré-assentamento Emiliano Zapata e; d) Associação de Feirantes Solidários (AFESol), o primeiro em Piraí do Sul – PR e os três últimos em Ponta Grossa – PR. No processo de incubação dos grupos, a IESol sempre reforça a importância da observância dos princípios da economia solidária dentro dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e do trabalho autogestionário, princípio basilar da economia solidária.

5 METODOLOGIAS DE INCUBAÇÃO DA IESol

A trajetória da IESol tem sido traçada em busca pela sedimentação e ampliação de sua atuação quanto à proposta da economia solidária. Para tanto, a incubadora se constitui com equipes multidisciplinares de trabalho, que são integradas por docentes, servidores(as), estagiários(as), bolsistas e voluntários(as).

As principais áreas temáticas de trabalho dos grupos acompanhados são: assentamentos, comunidades rurais, cozinhas comunitárias e grupos de catadores. Deve-se frisar que o programa acompanha somente grupos de trabalhadores, e não trabalhadores individuais. Isto se deve ao fato de que o princípio-mestre da economia solidária é a cooperação.

O programa busca, ainda, promover discussões e formação, tanto na área do trabalho coletivo como nas áreas da saúde, do meio ambiente e da cidadania, conforme os princípios e valores da economia solidária. Para isso, inicialmente realiza-se o



diagnóstico participativo com o grupo, que aponta suas forças, fraquezas e necessidades para soluções dos problemas enfrentados.

Após o diagnóstico, segue-se à incubação. Esta é considerada um processo gradativo de assessoria interdisciplinar nas áreas de comunicação, de gestão, econômica, educacional, jurídica, e social. O processo de incubação inclui pesquisas de mercado, estudo de viabilidade econômica e financeira, elaboração e aprovação de estatuto e regimento, além de assessorias técnicas (contábil, jurídica, econômica, administrativa, etc.).

Neste processo, deve haver um diferencial nas metodologias de atuação das incubadoras de empreendimentos solidários. O trabalho a ser realizado é distinto dos tradicionais projetos de pesquisa que as universidades normalmente desenvolvem. Esta distinção se dá porque o centro dos projetos de incubação é o ser humano, o trabalhador do empreendimento em busca de emancipação, especificamente. Neste sentido, afirma NUNES (2009, p. 135) que:

“Um processo de incubação pode ser desenvolvido dentro de uma metodologia que tanto tende a ‘coisificar’ quanto a humanizar os membros dos empreendimentos. Logicamente, apenas a postura humanizadora faz sentido na incubação, particularmente quando se trata de EES, que buscam emancipação”.

O processo de desincubação se constitui na etapa final do processo de acompanhamento do grupo. É nesta fase que o grupo tem autonomia para seguir o trabalho sem intervenções da incubadora, ou apenas com assessorias pontuais em casos específicos vividos pelo empreendimento. Esta é a fase em que o empreendimento já tem forças para traçar seu caminho. Portanto, é objetivo final do processo de acompanhamento.

6 OS EMPREENDIMENTOS INCUBADOS PELA IESOL

Conforme as referidas linhas temáticas, a IESol acompanha grupos de trabalhadores que optaram por receber formação e assessoria de acordo com os princípios da economia solidária. Atualmente, o programa acompanha os seguintes grupos e desenvolve seus respectivos projetos:

Grupo	Projeto	Beneficiários	Situação atual	Resultados obtidos	Resultados esperados
ATERRA – Associação	Economia Solidária e	40 famílias,	Incubação. O grupo recebe	Com o acompanhamento	Finalização da cozinha equipada

dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária.	Desenvolvimento Local no Pré-Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa-PR: Hortas Comunitárias e Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos.	160 pessoas	acompanhamento semanal. Já produz na horta agroecológica e comercializa seus produtos na UEPG semanalmente.	o da horta, o grupo já produz hortaliças agroecológicas. Foi realizado um diagnóstico rural participativo (DRP) para levantamento de demandas.	com equipamentos para processamento das hortaliças e consequente agregação de valor aos produtos. Melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias.
ASTRAMA – Associação de Trabalhos Manuais São José: Artes em Tecido e Madeira	Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI), executado pela IESol em parceria com a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa e Paróquia São José.	20 famílias, 80 pessoas	O grupo não mais está sendo acompanhado pela IESol. Atualmente, os trabalhadores têm espaço adequado para produzir. São duas linhas de produção: marcenaria e tijolos ecológicos.	Com os recursos do projeto USF e da Justiça Federal, o grupo tem equipamentos e espaço adequados para o trabalho.	Fortalecimento da associação e consolidação das práticas de autogestão pelos associados.
ARPA – Associação dos Recicladores de Porto Amazonas	Rede Solidária: a Reciclagem na cidade de Porto Amazonas. Parceira com a Fundação Banco do Brasil e Prefeitura de Porto Amazonas.	15 famílias, 60 pessoas	Desincubação. O grupo já recebeu formação em associativismo solidário. Tem espaço e equipamentos adequados e já tem autonomia.	O grupo está fortalecido, trabalha coletiva e autogestionariam ente. Recebe assessorias pontuais em áreas específicas.	Espera-se que a ARPA consiga ampliar seu espaço de trabalho para dar conta da demanda e poder receber mais associados, bem como melhorar a renda destes.
ARSol – Associação dos Recicladores Solidários: parceria com o CRAS do bairro de Santa Luzia.	Projeto desenvolvido pela IESol. Teve início em 2010, com o PRONINC, e tem como parceiros o CRAS da Vila Santa Luzia, em Ponta Grossa, e a Cáritas Diocesana da cidade.	20 famílias 80 pessoas	Incubação. O grupo agora tem espaço para trabalhar coletivamente. Com o apoio da IESol, recebe formação em economia solidária e reciclagem.	Com a formação em economia solidária e reciclagem, os trabalhadores se conscientizam da importância do trabalho coletivo, paulatinamente. Além disso, busca-se orientar os trabalhadores quanto às questões de saúde e aspectos técnicos da reciclagem.	Pretende-se buscar recursos financeiros para melhoria das condições de saúde, moradia e trabalho, que são precárias atualmente. Como associação, espera-se a consolidação do grupo e melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente no comunidade onde está inserido.
ASCAMP – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Pirai Limpo.	Projeto desenvolvido pela IESol. Teve início em 2010, com um projeto de mapeamento de demandas do USF. Tem como	12 famílias 48 pessoas	Incubação suspensa. O CRAS de Pirai do Sul está sendo reestruturado e a parceria com a IESol foi	Houve melhora na formação sobre economia solidária, mas atualmente o grupo encontra-se fragilizado em virtude da	Espera-se melhora na renda, com o trabalho equipado no barracão, além da melhoria das condições de trabalho.

	parceiros o CRAS de Pirai do Sul – PR, e a Prefeitura Municipal de Pirai do Sul.		suspensa no início de 2012. O grupo recebeu formação em associativismo e aspectos técnicos da reciclagem.	pequena quantidade de associadas e de problemas pontuais.	Pretende-se que o grupo tenha autonomia e possa autogerir-se a partir da formação repassada pela IESol.
ADERP – Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Pombal, Cozinha Comunitária	Projeto desenvolvido pela IESol. Teve início em 2010, com um projeto de mapeamento de demandas do USF. Tem como parceira a Prefeitura Municipal de Ipiranga.	03 famílias 12 pessoas	Atualmente, a IESol não mais acompanha o grupo. Foi realizada a fase de diagnóstico. A cozinha comunitária já produz alimentos por conta própria, inclusive para a merenda escolar do município.	A IESol prestou assessoria técnica com a confecção dos rótulos nutricionais. Falta iniciar o trabalho de formação e consolidação do grupo.	Pretende-se formar o grupo em associativismo e ampliar a capacidade de produção, permitindo a entrada de mais associados.
AFESOL – Associação de Feirantes Solidários	Projeto desenvolvido pela IESol. Foi o primeiro grupo acompanhado, no final de 2005, e retomaram-se as atividades em 2011, com novos integrantes. Tem como parceiro a Cáritas de Ponta Grossa.	06 famílias 24 pessoas	Incubação. O grupo recebe assessoria e formação em economia solidária. Atualmente, está em processo de formalização para registro da associação.	O grupo conseguiu um espaço para comercialização do artesanato dentro da UEPG, semanalmente. Conforme parceria com a Cáritas, a AFESOL poderá produzir artesanato com materiais descartados dos Correios.	Espera-se a consolidação da associação e a continuidade da produção de artesanatos, agora, com matérias primas dos Correios.

Reitera-se que a IESol não tem em seu histórico de atuação uma cooperativa que foi incubada, mas somente associações e grupos informais de trabalhadores que abraçaram a proposta da economia solidária. Isto se deve a vários fatores que dificultam a formalização daquelas formas empreendimentos, objeto de análise a seguir no presente trabalho.

7 LIMITES E POSSIBILIDADES NA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

A economia solidária está colocada num terreno de disputa, inserida em vários debates públicos, inclusive nos clássicos debates: capital *versus* trabalho e capitalismo



versus socialismo.

Dessa maneira, vários teóricos têm críticas à economia solidária. Alguns dos colocados ideologicamente na chamada esquerda, a criticam argumentando que esse tema não se coloca como ferramenta de enfrentamento ao capitalismo, pois estaria apenas humanizando de forma compensatória as relações de trabalho. E os colocados ideologicamente na chamada direita, naturalmente a criticam por entender que a economia solidária é uma prática socialista ou até mesmo comunista.

Assim, as resistências para a construção e efetivação de políticas públicas para a economia solidária são muito grandes, e os movimentos populares e setores importantes da sociedade e dos governos tencionam a questão, em muitos casos com sucessos relativos. Atualmente existem diversas políticas e programas para a economia solidária, porém nenhuma efetivada em Lei, bem como os recursos ofertados pelos poderes públicos ainda são muito reduzidos e também com imposição de algumas dificuldades de cunho burocrático para que os empreendimentos solidários e/ou entidades de apoio, como as ITCPs, possam acessá-los.

Além dessa dificuldade, há também um espaço intermediário entre Estado, mercado e setor formal, onde a economia solidária é posta em prática por intermédio das famílias, comunidades e redes que exercem um papel político e social, não apenas econômico. Ela possibilita o desenvolvimento, bem como a participação cidadã, mediante a democracia participativa. (OLIVEIRA, 2005, p. 80)

Muitas entidades que tem em perspectiva a transformação da sociedade pelos óculos do desenvolvimento local e regional se inserem na construção da alternativa que representa a economia solidária. É o chamado Terceiro Setor.

O termo Terceiro Setor, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o Terceiro Setor ao universo das organizações sem fins lucrativos. (FRANÇA FILHO, 2002)

Desde a década de 1990, dentro deste contexto, em que o Estado tem dificuldade de programar políticas públicas, que se consolida a noção do chamado Terceiro Setor, e que se desenvolve independentemente dos demais setores, o primeiro setor, Estado, e o segundo setor, o mercado, embora deles possa, ou deva, receber colaboração.

Essas entidades atuam onde o Estado, primeiro setor, deveria atuar, assim é plausível supor que suas ações, ao mesmo tempo em que são, em muitos casos emergenciais, podem também levar à uma certa desobrigação estatal, diante de necessidades que são organicamente de sua alçada. Agindo assim, em muitas situações, substituem o Estado, e de certa forma, impedem as pressões sociais que poderiam levar



a criação de políticas públicas, de obrigação intrínseca do Estado. Decorre disso, que os grupos sociais atendidos pelas entidades do Terceiro Setor, sempre estão sujeitos a instabilidade causada pela interrupção ou não-continuidade dos projetos em que estão inseridos. Portanto, a falta de políticas públicas de caráter permanente de economia solidária, revela-se também como causa de inseguranças e de impossibilidades de consolidação de empreendimentos solidários, e em alguns casos levam a dissolução dos grupos pela falta de estímulo e dificuldades encontradas.

Dentre os entraves para o trabalho das incubadoras com os EES está a inexistência de um marco legal adequado para esta forma de economia. Esta barreira se apresenta frequentemente nos fóruns e demais espaços de discussão do Movimento da Economia Solidária. As leis que ditam normas para o funcionamento de empreendimentos não contemplam a maneira como os EES trabalham. A Lei do Cooperativismo (5.764/71) não prevê formas cooperativistas cujo núcleo administrativo seja composto eminentemente pela autogestão no trabalho coletivo.

Dessa forma, pretende-se aprovar um Projeto de Lei, já existente, que cria a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Economia Solidária e o Fundo Nacional de Economia Solidária, simultaneamente à coleta de assinaturas para a aprovação do mesmo, realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

8 O MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Verifica-se que, atualmente, apesar da existência de leis de fomento e projetos de lei a respeito do tema, não existe na legislação nacional um conceito jurídico que traga uma definição concreta de economia solidária. Esta é unicamente doutrinária e empírica, vivida pelos grupos que trabalham conforme seus princípios. Tal lacuna gera muitos entraves e incertezas no que tange ao direito para os EES, eminentemente quanto a tributos, adequação formal e acesso a aquisições realizadas pelo Poder Público. (SANTOS, 2012)

Desse modo, os empreendimentos precisam se adaptar à legislação vigente para exercerem suas atividades de forma legal. A esse respeito, SANTOS (2012, p. 313) esclarece que “(...) as formas jurídicas mais utilizadas e que mais são compatíveis com os empreendimentos solidários são as cooperativas, mas também há as associações (...)”. Entretanto, estas, por não terem fins econômicos (Código Civil, art. 53), não poderiam comercializar produtos e serviços, a princípio, inclusive pelo fato de não terem como gerar arrecadação de tributos, em virtude de sua referida finalidade não econômica. Sendo



assim, seria inviável para um empreendimento de economia solidária produzir sob a forma de uma associação, em termos estritamente legais.

Por outro lado, ressalte-se a afirmação de SANTOS (2012, p. 313, grifo nosso) neste mesmo sentido: “(...) as cooperativas são um tipo de sociedade, o que no direito brasileiro significa que são pessoas jurídicas com fins econômicos. Por isso sua adequação aos empreendimentos de Economia Solidária (...)”.

Dessa maneira, um dos entraves que a IESol enfrenta no trabalho com os grupos incubados é a situação jurídica destes, tendo-se em vista que os mesmos não têm suporte legal para as suas atividades de produção de bens e serviços. A Lei do Cooperativismo (5.764/71) prevê o mínimo de vinte cooperados para a criação de uma cooperativa. A maioria dos grupos incubados pela IESol não preenche este requisito legal.

A possível solução para esta lacuna que encontram os empreendimentos seria a aprovação do projeto de lei para a economia solidária. Proposto pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o texto para este já existe - disponível na página eletrônica do FBES - e está em fase de coleta de assinaturas, tendo-se em vista que sua proposição se dará por meio de iniciativa popular (CF 1988, art. 6, § 2º). O texto contempla vários óbices enfrentados pelos trabalhadores que buscam na autogestão uma opção de trabalho justo, ambientalmente correto e efetivamente democrático.

9 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para se definir o que são políticas públicas, o ensinamento de SCHIOCHET (2009, p. 268) é pertinente. Ele nos explica que:

“(...) as políticas públicas podem ser entendidas tanto como uma área do conhecimento, como o próprio objeto dessas políticas. (...) É a própria iniciativa do governo (ou do Estado) que se organiza em planos, programas e ações. (...) No Estado moderno e seus governos democráticos, o âmbito da política pública é a cidadania, entendida como a relação entre Estado e sociedade civil mediada pelos direitos.

A economia solidária também enfrenta um relevante entrave quanto à criação e consolidação de políticas públicas que possibilitem a sua efetiva concretização como alternativa ao sistema capitalista vigente. Esta barreira se verifica como consequência, além de outros fatores, da referida inexistência de um marco legal para uma outra economia.

Neste mesmo sentido, SCHIOCHET (2009, p. 269) afirma que “a incorporação da



economia solidária à agenda governamental é ainda inócua, dispersa e fragmentada territorial, institucional e temporalmente. Essas características justificam muitas dúvidas sobre a própria condição da economia solidária enquanto política pública”.

Contudo, desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, políticas públicas em forma de ação de governo para o tema têm sido criadas, principalmente em âmbito federal, bem como ações pontuais em municípios específicos, com leis esparsas de fomento e apoio (SCHIOCHET, 2009). Neste sentido, a criação da referida secretaria se mostrou um marco para as políticas públicas de economia solidária no Brasil. (BARBOSA, 2009)

A própria existência das incubadoras que acompanham e assessoram empreendimentos econômicos solidários é um exemplo de política pública, quando inseridas no quadro de órgãos públicos. No entanto, são necessárias políticas públicas que demonstrem a inserção da economia solidária como estratégia de desenvolvimento para o país. Neste sentido, SCHIOCHET (2009, p. 271) defende que “(...) como política ativa de trabalho, a economia solidária exige a incorporação de estratégias mais amplas de atuação governamental ou estatal”. Isto ocorre, por exemplo, no Equador, cuja Constituição vigente, aprovada em 2008, prevê o bem viver como aspecto central para o desenvolvimento do país.

Na conjuntura atual, em que o Estado não cria e tampouco consolida uma legislação específica, que regule e proteja as associações e cooperativas populares de produção, os grupos que praticam a economia solidária tendem a ficar a mercê de algumas entidades do Terceiro Setor, que não tem compromisso com os princípios solidários, e que também se apropriam do discurso democrático e emancipatório contido nos seus cânones. Porém, os EES têm outra prática, podendo, assim, perverter uma possível e desejável postura de enfrentamento ao paradigma capitalista neoliberal.

Ao contrário das práticas um tanto contraditórias, de algumas entidades do Terceiro Setor, as Políticas Públicas, entendidas e contextualizadas na perspectiva da economia solidária, são mecanismos institucionais que o Estado pode e deve criar, para intervir nas relações sociais, disponibilizando as estruturas administrativas para os serviços sociais, criando técnicas de descoberta e avaliação das necessidades da sociedade, gerando assim muitas formas de ação para a geração de trabalho e distribuição da renda.

Enquanto essas Políticas Públicas não são criadas, as ações de economia solidária acontecem, num contexto de muitas dificuldades, as quais não se refletem apenas no embate ideológico, onde na verdade, ela se opõe radicalmente ao pensamento e as práticas da economia formal capitalista, mas também, na ausência de mecanismos e



regras próprias, fidelidade e coerência com os ideais originais e também com as realidades presentes, planejamento abrangente e consistente, e que propicie uma ação completa, efetiva e emancipadora. E isso, sem dúvida, deve ser da alçada de um Estado que se propõe a fazer da economia solidária uma parte importante de suas linhas de ação em políticas públicas de desenvolvimento, e de geração de trabalho e renda.

Somam-se a esse quadro, as dificuldades e limitações nos processos de formação educacional, vivenciadas em maior ou menor grau por cada ITCP e outras entidades de apoio, para novas práticas econômicas e sociais. Isso ocorre ao mesmo tempo em que existe o incentivo às políticas públicas voltadas para a economia tradicional, revelando as contradições das propostas que se apresentam para tentar resolver os problemas do mundo do trabalho, onde no âmbito do MTE coexistem o fomento aos empregos formais e o incentivo ao associativismo/cooperativismo defendido pela SENAES. Isto nos revela certa ambiguidade até o momento, e, sob nossa ótica, é prejudicial ao pleno desenvolvimento da economia solidária.

No nosso entendimento, a economia solidária coloca uma diferença fundamental entre emprego e salário, e, trabalho e renda. Os primeiros respondem ao sistema capitalista de assalariamento, hierarquização e subalternidade do trabalho, onde as decisões são do proprietário dos meios de produção e do capital, ou seja, o patrão. Os segundos, correspondem a uma organização de trabalhadores e trabalhadoras, que são os próprios donos dos meios de produção e das decisões sobre como, quando, onde e quanto produzir, constituídos sob a forma de autogestão e participação democrática, com horizontalidade de posições e distribuição igualitária da renda obtida.

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras práticas econômicas alternativas tanto porque, é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa, quanto porque há grande diversidade de organização das populações conforme seus contextos históricos, culturais, políticos e sociais. Porém, as práticas capitalistas, reproduzidas em todos os estratos da sociedade por décadas, criaram uma falsa naturalização das mesmas, que por consequência influenciam na absorção dos princípios da participação democrática, fundamental para a construção da autonomia e do desejado empoderamento desses grupos de trabalhadores.

Nesse sentido as ITCPs, em maior ou menor grau tem dificuldades na formação, assessoria e suporte técnico aos grupos incubados, pois a falta de laços de confiança, cuja construção foi de certa forma impedida pelas práticas individualistas e competitivas inerentes as práticas capitalistas. Assim, na maioria dos casos, não houve ou foi incipiente a construção do chamado Capital Social.



10 ENTRAVES NA PRÁTICA DA AUTOGESTÃO

Para além das dificuldades legais e de comercialização que, uma vez solucionadas, podem trazer a consolidação dos empreendimentos solidários, existe este desafio emblemático: A construção da participação coletiva, o dispêndio ou a construção de capital social.

A confiança, componente básico do capital social, pode derivar de duas fontes: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Os sistemas de participação cívica remetem a atuação em vários tipos de associações, voluntárias ou não, como corais, associações comunitárias de bairro, clubes de esporte, grupos de lazer, grupos de arte, partidos políticos, sindicatos, cineclubes, cooperativas, clubes de música, entre outros. Tudo isso representa uma ampla gama de possibilidades de cooperação horizontal. (ARAUJO, 2003, p. 19)

Para Robert David Putnam, capital social refere-se a práticas sociais, normas e relações de confiança que existe entre cidadãos de uma dada sociedade. Sistema de participação que estimula a cooperação. Quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior o volume de capital social.

Mesmo havendo atualmente, um grande debate sobre a solidez epistemológica e metodológica do conceito de capital social, no caso da consolidação dos empreendimentos solidários, não apenas como entidade formal, mas também como grupo de pessoas com interesses comuns, o chamado capital social é, em nosso entendimento, o catalizador para a desconstrução de valores capitalistas, tais como a competição, a concorrência e o autointeresse puro e simples.

As ITCPs devem incluir em seus conteúdos os valores da cooperação e da solidariedade, para além do local de trabalho, projetando esses valores para todas as demais interações e relações sociais do grupo incubado, construindo junto com as pessoas esses valores, que embora sejam óbvios para as equipes de incubação, certamente não o são para determinados grupos.

Assim, a construção de um certo tipo de capital social que promova as tão necessárias relações de confiança, é realmente um desafio muito grande, já que isso é concorrencial com que é vivenciado diariamente pelas pessoas, no seu dia a dia, com sua vizinhança, com o que chega através dos meios de comunicação, principalmente a



televisão. Infelizmente o sistema de trabalho capitalista, aliena e acomoda os trabalhadores que em alguns momentos se sentem confiantes e estáveis, e em outros momentos estão desempregados, numa espécie de gangorra cíclica que acompanha o movimento das crises capitalistas. E se esses trabalhadores ao iniciarem a alternativa da associação em trabalho coletivo não forem estimulados a construir essas novas relações sociais, na perspectiva de capital social, serão em outros momentos seduzidos novamente pelo sistema de trabalho capitalista.

Pela experiência adquirida no trabalho de extensão realizado pela equipe da IESol, constatamos que para a consolidação de um empreendimento solidário, não basta apenas existirem interesses comuns a todos os participantes. É preciso desenvolver laços de confiança e de cooperação, sem os quais os grupos de trabalhadores e trabalhadoras se esfacelam e voltam às práticas capitalistas que os levaram à exclusão, estabelecendo-se assim, um círculo vicioso.

Além dessas questões, existem muitas outras barreiras e entraves que dificultam não apenas a consolidação dos grupos incubados pela IESol, mas que, invariavelmente sabotam as práticas da Economia Solidária como alternativa real de desenvolvimento.

No âmbito microestrutural, a descontinuidade de projetos e os poucos recursos para financiamento do trabalho das incubadoras levam a depender de editais específicos. A burocracia excessiva existente nas universidades, que dificultam a gestão dos recursos, tem reflexo no trabalho de incubação e conseqüentemente para o fortalecimento dos grupos incubados.

A efetivação da economia solidária como alternativa de vida, passa pela efetivação de políticas públicas específicas, apoio estatal e o suporte das ITCs, que tem o papel de serem as interlocutoras, embora sempre em conjunto com os grupos incubados, junto ao Estado, aos Movimentos Sociais e as suas próprias Instituições de origem. É preciso. Constantemente, se autoformar e se atualizar sobre suas metodologias, e esses são limites a serem superados todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para construir esse artigo, lançou-se mão de ferramentas metodológicas baseadas principalmente no trabalho de extensão universitária, através do Programa Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



Dentre essas ferramentas, a Observação Participativa teve um papel fundamental, pois ao mesmo tempo em que a equipe de incubação prestava seu serviço, registrava através de escrita, gravações, fotos e vídeos, diversos momentos do desenvolvimento dos grupos. Esses materiais de registro, já geraram dois documentários, que foram apresentados em eventos nacionais. Os levantamentos bibliográficos, oficinas, reuniões e assembleias também forneceram informações importantes para fundamentar, além desse trabalho, alguns Trabalhos de Conclusão de Curso e duas Dissertações de Mestrado, entre os anos de 2007 e 2010.

Os limites e possibilidades da Incubação de Empreendimentos Solidários, andam juntos, pois os primeiros geram tempestades de ideias para alternativas e também animam a parte em que as ITCPs se tornam um pouco “movimento social”, assim procuramos e criamos as possibilidades.

Todos os entraves e dificuldades aqui demonstrados têm solução, e essa passa em primeiro lugar pela vontade política, pela descentralização administrativa governamental, pelo incentivo ao crédito e ao microcrédito, e pela criação de legislação específica.

No entanto, a Economia Solidária acontece independente disso, é realidade em todas as Regiões brasileiras e envolve mais de um milhão de pessoas. Portanto, não é um sonho de uma minoria e nem tampouco de intelectuais de “esquerda” acantonados em obscuras universidades. Ao contrário, são mais de 40 instituições de ensino superior, públicas e privadas, que estabeleceram suas incubadoras através das duas redes, ITCP e Unitrabalho.

Portanto, o presente artigo, além de pretender trazer alguns dos principais desafios para a incubação de empreendimentos solidários e da extensão universitária, é também um alerta para a importância da Economia Solidária no desenvolvimento local, regional e, por que não dizer, no desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araujo, Maria Celina (2003) Capital Social. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. Coleção Ciências Sociais passo a passo, v. 25.

Barbosa, Rosângela Nair de Carvalho (2007) A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez.



BRASIL. Código Civil Brasileiro: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Eleitoral. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737.htm> Acesso em 20 de junho de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

Brasil, Manuela Salau (2011) A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

França Filho, Genauto Carvalho de (2002); Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras. Bahia, Análise & Dados. Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun.

Gadotti, Moacir (2009) Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire.

Gaiger, Luiz Inácio Germany (Org.) (2004) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gohn, Maria da Glória (2000) Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nunes, Débora (2009) Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: Uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo, Annablume.

Oliveira, Luciana Vargas Netto (2005) Concepções de economia social e os diferentes significados histórico-políticos da economia solidária. In: Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania (GEDIAL, J.A.P., org.) Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, p. 65 – 95.

Putnam, Robert D. (1996) Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Rech, Daniel (2000) Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A.

Rocha Filho, Alnary Nunes (2010). Por uma Política Pública para Economia Solidária. Anais do III Congresso Nacional da Rede de ITCPs e I Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária. UFRGS, Porto Alegre.

Santos, Aline Sueli de Salles (2012) Economia solidária: formas jurídicas e licitações públicas. In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária, vol. II. BENINI, Édi A. et al (org.). São Paulo: Expressão Popular.



Schiochet, Walmor (2009) Políticas Públicas. In: Dicionário Internacional da Outra Economia. CATTANI, Antonio David et al. (org.). Ed. Almedina Brasil, São Paulo, 2009.

Singer, Paul (2002) Introdução à Economia Solidária. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo.

Singer,Paul (2007) Economía solidaria. Un modo de produccion y distribución. In: Coraggio, José Luis(Org.). La economía social desde la periferia – contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial Altamira.